



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROJETO DE LEI N.º 21/2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal a reconhecer e efetuar pagamento de despesa de competência anterior e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e efetuar o pagamento de despesa de competência anterior, no valor de R\$ 22.225,94 (vinte e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos), relativa ao Contrato de Rateio n.º 2017/06, celebrado entre o Município de Luiz Alves e o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, para adesão da gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental, para o exercício de 2018, conforme o quadro descritivo que segue:

| Competência | Referência | Período de abrangência | Valor (R\$) |
|----------------|--|--------------------------|-------------|
| Fevereiro/2018 | Contrato de Rateio n.º 2017/06 - Gestão Ambiental | Março a dezembro de 2018 | 22.225,94 |

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 13 de julho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o **Projeto de Lei n.º 21/2018**, que *“autoriza o Poder Executivo Municipal a reconhecer e efetuar pagamento de despesa de competência anterior e dá outras providências”*.

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar o pagamento de despesa referente ao Contrato de Rateio n.º 2017/06, celebrado entre os Municípios de Luiz Alves, Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Indaial, Massaranduba, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, tendo por objetivo disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da Gestão Associada de Licenciamento Ambiental, para o exercício de 2018.

A Gestão de Licenciamento Ambiental de que trata o contrato de rateio acima citado, tem por objetivo a prestação de serviços de assessoramento técnico e planejamento integrado para as áreas de licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local. Além disto, atuará no desenvolvimento e implementação de projetos e ações para a conservação do meio ambiente, do uso sustentável dos recursos naturais e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e na expansão dos espaços urbanos e industriais inerentes de cada município.

Destarte, para a efetiva consecução da gestão associada, é prevista como provisão necessária à manutenção das atividades contempladas para o exercício de 2018, o montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a serem rateados pelos municípios consorciados, observando-se o critério da proporcionalidade populacional. Sendo assim, o Município de Luiz Alves será responsável pelo pagamento do valor de R\$ 22.225,94 (vinte e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos), a ser autorizado pela proposição em análise.

Por fim, cumpre-me destacar a importância para o Município de Luiz Alves na adesão da Gestão Associada de Licenciamento Ambiental, tendo em vista que é obrigação de todas as esferas governamentais assegurarem que todos tenham *“direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*, conforme preceitua a Constituição Federal e, portanto, é responsabilidade do Estado promover atos e ações que



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

visem à proteção e a preservação da fauna e da flora e combater a poluição ambiental em qualquer de suas formas.

Diante do exposto, tendo em vista o interesse público e a relevância da matéria, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei.

Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 13 de julho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

OFÍCIO N.º 243/2018 - GP

Luiz Alves/SC, 13 de julho de 2018.

Assunto: Encaminha o Projeto de Lei n.º 21/2018.

Prezado Presidente,

Encaminho o Projeto de Lei n.º 21/2018, que “*autoriza o Poder Executivo Municipal a reconhecer e efetuar pagamento de despesa de competência anterior e dá outras providências*”, a fim de que este seja apreciado e votado, por essa Egrégia Casa Legislativa.

Respeitosamente,

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Arlindo Gorges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA